

A IMPORTANCIA DAS ANÁLISES DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO MUNICÍPIO DE QUARTEL GERAL, COM ENFOQUE NO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO: um estudo de caso realizado no município de Quartel Geral.

João Paulo de Moraes Mesquita¹, Lorena Mikaelly Zica Silva¹, Pedro Henrique Melillo^{2*}

¹ Graduando – Curso de Ciências Contábeis – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do alto São Francisco

² Professor – Instituto Izabela Hendrix

* Autor correspondente : phmelillo@gmail.com

RESUMO:

O presente estudo aborda o tema a importância das análises das demonstrações contábeis aplicada ao setor público com enfoque no balanço orçamentário. O objetivo do artigo é avaliar a situação orçamentária do município de Quartel Geral, que está situado na região centro-oeste de Minas Gerais, através das demonstrações contábeis pertencentes aos anos 2016 e 2017. A metodologia utilizada para se alcançar os objetivos foi uma pesquisa de abordagem qualitativa e quantitativa, exploratória e descritiva, que foi feita em forma de uma pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e estudo de caso. Com base nas informações adquiridas através do Balanço Orçamentário foi aplicada as análises a partir do orçamento aprovado, execução orçamentária e índices contábeis a fim de se chegar a uma conclusão a respeito da situação orçamentária do município apontando a importância das análises das demonstrações.

PALAVRAS-CHAVE: Ente Público. Demonstrações Contábeis. Balanço Orçamentário. Contas Públicas.

ABSTRACT

The present study addresses the importance of the analysis of financial statements applied to the public sector with a focus on the budget balance. The objective of the article is to evaluate the budgetary situation of the Headquarters municipality, located in the central-west region of Minas Gerais, through the financial statements for the years 2016 and 2017. The methodology used to achieve the objectives was a survey of qualitative and quantitative, exploratory and descriptive approach, which was done in the form of a bibliographical research, documentary research and case study. Based on the information obtained through the Budget Balance, the analyzes were applied from the approved budget, budget execution and accounting indexes in order to arrive at a conclusion regarding the budgetary situation of the municipality, pointing out the importance of the analysis of the statements.

KEY WORDS: Public Entity. Accounting statements. Budgetary Balance. Public Accounts.

1 INTRODUÇÃO

O estado de Minas Gerais, situado no Sudeste do Brasil, apresenta a terceira maior economia do país com participação de aproximadamente 8,7% do PIB nacional. Sendo o segundo Estado mais populoso do Brasil possuindo uma população estimada em 2018 de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 21.040.662 habitantes.

Com um IDH de 0.731 (IBGE 2010), o Estado tem economia voltada para a utilização dos recursos da natureza, dentre eles agricultura, pecuária, mineração, pesca, extrativismo vegetal e muitas outras. Os principais produtos desenvolvidos, segundo o site Sua Pesquisa, são o minério de ferro, café em grão, açúcar, leite, carnes, soja, milho e feijão.

Entretanto, no atual cenário político e econômico, o Estado encontra-se em um momento crítico, se deparando com uma enorme dívida para com as prefeituras. De acordo com a Associação Mineira de Municípios (AMM), este débito aproxima-se de R\$7,6 bilhões, sendo que aproximadamente R\$ 3,7 bilhões estão destinados à saúde.

Segundo o site O Tempo, o Governo de Minas deve cerca de R\$ 157 milhões para o transporte escolar. Outro obstáculo que o Estado está enfrentando é o atraso do pagamento dos servidores públicos, sendo que a Secretaria da Fazenda informou que a folha de pagamento mensal varia em torno de R\$ 3 bilhões para pagamento de cerca de 600 mil contracheques. A medida tomada pelo Estado foi dividir em parcelas para o pagamento. Contudo, segundo o site Uai, do qual faz parte o Jornal estado de minas (EM), a justificativa o fatiamento salarial é o déficit fiscal, hoje acumulado em torno de R\$ 8 bilhões, seguindo da crise econômica com consequência de menor arrecadação de impostos.

Observando do ponto de vista político brasileiro, várias situações ao longo dos últimos anos mostraram que o cenário brasileiro é marcado por grande incerteza e escândalos envolvendo políticos de vários partidos, causando uma enorme descrença perante a sociedade brasileira, prejudicando a imagem do País e motivando manifestações populares organizadas por diversos setores e segmentos sociais.

Sabendo dessas dificuldades governamentais de Minas Gerais, o artigo vem analisar a atual situação orçamentária do município de Quartel Geral, situado nesse Estado. Será feito um estudo das contas publicas entre os exercícios dos demonstrativos referentes aos anos 2016 e 2017.

Destaca teoricamente assuntos como: contabilidade pública, levando em consideração seus conceitos, definições objeto e campo de aplicação; princípios orçamentários; receitas e

despesas públicas, demonstrativos contábeis aplicados ao setor público (Balanço orçamentário, balanço financeiro, demonstrações das variações patrimoniais e balanço patrimonial).

O presente trabalho aborda o tema “A importância das análises das demonstrações financeiras do setor público do Município de Quartel Geral com enfoque no balanço orçamentário” visando responder a seguinte questão problema: qual a importância das análises das demonstrações financeiras para a cidade de Quartel Geral

O objetivo geral do trabalho é analisar as demonstrações contábeis da prefeitura da cidade de Quartel Geral, com ênfase no balanço orçamentário, apontando a importância da análise e baseando-se nas informações fornecidas no Balanço orçamentário, Balanço financeiro, balanço patrimonial e demonstração das variações patrimoniais, para poder ajudar a tomar as decisões e nas conclusões necessárias a serem feitas.

Esta análise se faz necessária, pois, através da análise dessas demonstrações contábeis a população poderá ter conhecimento e assim ter participação na gestão pública e também o município poderá atestar com maior clareza como está sendo gasto o dinheiro público.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo, busca-se fundamentar teoricamente o trabalho. Tratar de conceitos como Contabilidade pública, princípios orçamentários, receitas e despesas públicas, demonstrações contábeis (balanço orçamentário, balanço financeiro, demonstrações das variações patrimoniais e balanço patrimonial).

2.1 Contabilidade Pública

Segundo Kohama (2010), a Contabilidade Pública é uma das divisões da Ciência Contábil. É o ramo que estuda o patrimônio público e suas variações. Para ele, a Contabilidade Pública mostra o arrecadamento das receitas, a distribuição das despesas e como se administram e se guardam os bens pertencentes aos entes públicos.

Conforme Lima e Castro (2009), a Contabilidade Pública é a parte da Ciência Contábil que gera informações, conceitos, princípios e normas contábeis que auxiliam na gestão patrimonial dos entes públicos, oferecendo informações que são amplas e de fácil acesso sobre a gestão do patrimônio Público.

Para Andrade (2017), a contabilidade aplicada ao setor público tem como objeto o patrimônio Público. Permite o controle e análise de tudo que acontece na administração do patrimônio de uma entidade pública, gerando informações sobre todas e quaisquer variações e composições do patrimônio do ente público.

Segundo Priscitelli e Timbó (2010), o objeto da contabilidade pública é o patrimônio do ente público e o conjunto de bens, direitos e obrigações a eles vinculados.

Quintana, Machado, Quaresma e Mendes (2011) relatam que o campo de aplicação da contabilidade é obrigatório a qualquer esfera da administração pública.

O Conselho Federal de Contabilidade através das Normas Brasileiras de Contabilidade (NBCs) T 16.1 a 16.11 (2012), preconiza que o campo de aplicação da Contabilidade Pública abrange a todas as entidades do setor público, entidades governamentais, os serviços sociais e os conselhos profissionais.

2.2 Princípios Orçamentários

“Os princípios orçamentários funcionam como o núcleo sobre o qual se sustentam as condições aceitas como verdadeiras para o objeto da ciência em estudo.” (Crepaldi; 2013, p. 42). Tais princípios encontram-se expostos no Quadro 1.

Quadro 1. Princípios da Lei Orçamentária

PRINCÍPIO	CONCEITO
Princípio da Unidade	Deve existir apenas uma lei orçamentária para cada ente federativo.
Princípio da Universalidade	O orçamento engloba todas as receitas e despesas dos três poderes e de todas as entidades da administração direta ou indireta.
Princípio da anualidade ou periodicidade	Elaborar demonstrativos com período de um ano. Ou seja a cada exercício financeiro.
Princípio da Exclusividade	O orçamento terá apenas a previsão da receita e fixação da despesa, não podendo ter algo estranho no orçamento.
Princípio do Equilíbrio	Esse princípio determina a igualdade entre receitas previstas e despesas fixadas, não podendo a despesa ultrapassar a receita.

Princípio da legalidade	O ente público deverá fazer somente o que a lei autorizar.
Princípio da Especificação ou discriminação	As receitas e as despesas deverão estar devidamente detalha e categorizada no orçamento.
Princípio do Orçamento Bruto	Segundo esse principio as receitas e despesas devem estar no orçamento com o seu valor bruto livre de deduções.
Princípio da não afetação da Receita	Os tributos deverão ser recolhidos sem destinação da receita.
Princípio da Publicidade	Todo e qualquer ato público deverá ser publicado para conhecimento de todos, para maior transparência dos gastos.
Princípio da Programação	O orçamento público deverá ser programado, ou seja, deve-se expressar o programa de trabalho de cada entidade do setor público, detalhado por meio de categorias apropriadas ou discriminadas adequadamente.
Princípio da Clareza	A Lei orçamentária anual deve se dispor de forma que a linguagem seja clara para fácil entendimento das demais pessoas.
Princípio da Sinceridade ou Exatidão	As informações que estão dispostas no orçamento devem ser exatas..

FONTE: Adaptado de: Quintana, Machado, Quaresma e Mendes (2011); Kohama (2013); Araújo, Arruda e Barretto (2010); Araújo e Arruda (2004); Angélico (2009); Bezerra Filho (2013); Crepaldi (2013); Paludo (2018)

Os princípios citados na tabela 1, segundo Paludo (2018), têm como objetivo certificar a coerência, eficiência e clareza da Lei orçamentária anual.

2.3 Receitas e despesas públicas

Para Felgueiras (2015), receitas públicas são ingressos ou embolsos (fontes/origens) de recursos financeiros, compra de bens e serviços, tendo em vista a prestação de serviços públicos à comunidade inserida.

Entretanto, para Dalcomune (2015), sob o enfoque orçamentário, são todos os ingressos disponíveis para o pagamento das despesas orçamentárias e atividades que, mesmo não havendo ingresso de recursos, financiam despesas orçamentárias.

A Lei nº 4.320/1964 Art. 11. classifica as receitas publicas em: receitas correntes e receitas de capital.

Para Rosa (2013), despesa pública pode ser caracterizada como a soma de gastos realizados pelo Estado com o objetivo de atender as necessidades coletivas, executando suas políticas públicas e dando cumprimento às suas finalidades.

Já Silva (2011) afirma que despesas públicas são todos os desembolsos feitos pelo Estado no cumprimento de serviços e encargos que se diz respeito à comunidade , embasados na Constituição Federal, ou em decorrência de contratos ou outros instrumentos.

2.4 Demonstrativos Contábeis

2.4.1 Balanço Orçamentário

Segundo a Lei nº 4.320/1.964 Art. 102, o balanço orçamentário demonstra as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas, sendo que pertencem a ele as receitas arrecadas e as despesas legalmente empenhadas.

Para Santos (2012), o balanço orçamentário destaca as receitas e as despesas orçamentárias, estruturado de forma a evidenciar a integração entre o planejamento e a execução orçamentária.

A estrutura do balanço orçamentário segundo a Lei nº 4.320/1.964 mostra que receitas orçamentárias são detalhadas em dois níveis: 1º nível: categoria econômica (corrente ou capital); 2º nível: origem. Já as despesas são detalhadas por tipos de crédito: orçamentário (inicial) ou adicional (suplementar , especial ou extraordinário), especificadas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa.

Segundo o Manual de Contabilidade Aplicada ao Serviço público (MCASP), vinculado ao Tesouro Nacional, o balanço orçamentário evidencia as receitas detalhadas por categoria econômica e origem, demonstrando a previsão inicial, previsão atualizada para o exercício, a receita praticada e o saldo que equivale a um superávit ou déficit. Irá solidificar as despesas por posição econômica e grupo de natureza econômica, demonstrando as parcelas iniciais, despesas empenhadas, despesas liquidadas, despesas pagas e saldo da quantia.

Ainda para o MCASP, a estrutura do balanço orçamentário é regida por: quadro principal; quadro da execução dos restos a pagar não processados; e quadro da execução dos restos a pagar processados. Um exemplo de balanço orçamentário é mostrado na Tabela 1.

Tabela 1. Exemplo de Balanço Orçamentário

RECEITA			
Especificação	Prevista	Arrecadada	Diferença
Receitas Correntes	41.772.674,93	42.582.937,66	810.262,73
Receitas de Capital	3.262.091,94	349.358,15	- 2.912.733,79
Soma	45.034.766,87	42.932.295,81	- 2.102.471,06
Déficits			
TOTAL	45.034.766,87	42.932.295,81	- 2.102.471,06

DESPESA			
Especificação	Autorizada	Executada	Diferença
Despesas Correntes	37.595.265,59	37.047.149,59	548.116,00
Despesas de Capital	7.439.501,28	4.681.253,14	2.758.248,14
Soma	45.034.766,87	41.728.402,73	3.306.364,14
Superávit		1.203.893,08	- 1.203.893,08
TOTAL	45.034.766,87	42.932.295,81	2.102.471,06

Fonte: BASSO (2009)

2.4.2 Balanço Financeiro

Segundo a Lei nº 4,320/1964 Art. 102, o balanço financeiro apresenta os ingressos (entradas) e gastos (saídas) de recursos financeiros a título de receitas e despesas orçamentárias bem como recebimento e pagamentos de natureza orçamentária.

Para Basso (2009), o balanço financeiro evidenciara receitas e despesas públicas, é o principal demonstrativo da Contabilidade Pública, pois apresenta o desempenho da gestão financeira do ente público.

Contudo, para Haddad e Mota (2010), o balanço financeiro demonstra a movimentação financeira das entidades do setor público no período que se refere, discriminando a receita orçamentária, despesa orçamentária, recebimentos e pagamentos, transferências ativas e passivas, saldo inicial e saldo final. Um exemplo de Balanço Financeiro é mostrado na Tabela 2.

Tabela 2. Exemplo de Balanço Financeiro

RUBRICAS	R\$	RUBRICAS	R\$
RECEITA ORÇAMENTARIA		DESPESA ORÇAMENTARIA	
Receita realizada	42.932.295,81	Despesa realizada	41.728.402,73
Receitas correntes	42.582.937,66	Despesas correntes	37.047.149,59
Receitas de capital	349.358,15	Despesa de capital	4.681.253,14
RECEITA EXTRA-ORÇAMENTARIA		DESPESA EXTRA-ORÇAMENTARIA	
Inscrição Restos a pagar	3.467.515,33	Pagam. Restos a pagar	3.795.336,54
SALDOS INICIAIS		SALDOS FINAIS	
Disponível	3.440.490,31	Disponível	4.316.562,18
Caixa	543.874,59	Caixa	746.976,37
Bancos C. Corrente	2.652.823,12	Bancos C. Corrente	2.821.672,14
Bancos C. Vinculada	243.792,60	Bancos C. Vinculada	747.913,67
SOMA	49.840.301,45	SOMA	49.840.301,45

Fonte: BASSO (2009)

2.4.3 Demonstrações das Variações Patrimoniais

A Lei 4.320/64 art. 104 retrata que a demonstração das variações patrimoniais destaca as alterações apuradas no patrimônio durante o exercício financeiro, resultante da aplicação orçamentária e indica o resultado patrimonial do exercício.

Araújo e Arruda (2008) afirmam que as demonstrações das variações patrimoniais apresentam as alterações apuradas no patrimônio resultante da execução orçamentária, indicando o resultado patrimonial do exercício. Um exemplo de demonstração de variações patrimoniais está indicado na Tabela 3.

Tabela 3. Exemplo de Demonstrativo de Variações Patrimoniais

CONTA	R\$	CONTA	R\$
VARIAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS			
RECEITA ORÇAMENTARIA	42.932.295,81	DESPESA ORÇAMENTARIA	41.728.402,73
Receita realizada		Despesa realizada	
Receitas correntes	42.582.937,66	Despesas correntes	37.047.149,59
Receitas de capital	349.358,15	Despesa de capital	4.681.253,14
MUTAÇÕES DA DESPESA	3.265.276,75	MUTAÇÕES DA RECEITA	1.289.967,80
Incorporação de Ativos	1.708.537,76	Desincorporação de Ativos	869.345,53
Desincorporação de Passivos	1.556.738,99	Incorporação de Passivos	420.622,27
VARIAÇÕES EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS			
VARIAÇÕES ATIVAS	1.033.099,55	VARIAÇÕES PASSIVAS	2.290.694,72
Superveniências Ativas	654.398,72	Insubsistências Ativas	1.790.846,75
Insubsistências Passivas	378.700,83	Superveniências Passivas	499.847,97
SOMA	47.230.672,11	SOMA	45.309.065,25
			1.921.606,86
TOTAL	47.230.672,11	TOTAL	47.230.672,11

Fonte: BASSO (2009)

2.4.4 Balanço Patrimonial

Para Piscitelli e Timbó (2014), o balanço patrimonial é a demonstração de todas as contas que evidenciam o Ativo e Passivo. Demonstrando a parte positiva, está o Ativo representado por bens e direitos. Já o Passivo é representado pelas obrigações a terceiros, nas quais o equilíbrio numérico é estabelecido pelo saldo positivo e negativo das contas patrimoniais.

Contudo, para Slomski (2013), o balanço patrimonial aplicado ao setor público é a demonstração de maior relevância por demonstrar a posição financeira patrimonial da entidade em determinado momento. Na Tabela 4 mostra-se um exemplo de Balanço Patrimonial

Tabela 4. Exemplo de Balanço Patrimonial

BALANÇO PATRIMONIAL			
CONTAS	VALOR	CONTAS	VALOR
ATIVO CIRCULANTE	4.581.463,40	PASSIVO CIRCULANTE	2.941.440,49
Disponível	4.316.562,18	Restos a pagar	2.764.819,93
Caixa	746.976,37	Vencimentos a pagar	
Bcos.Cta.Corrente	2.821.672,14	Contas a Pagar	801.138,75
Bcos.Cta.Vinculada	747.913,67	Empenhos Liquidados	1.645.821,18
Créditos	264.901,22	Empenhos a Liquidar	317.860,00
Governo Federal	50.000,00	Serviço da Dívida	
Governo Estadual	214.328,00	daDiv. Fund. Interna	
Outras Entidades		daDiv. Fund. Externa	
Diversos Respons	573,22	Depósitos	176.620,56
Depósitos Diversos		Retenções	176.620,56
Letras do Tesouro		Cauções	
		Débitos de Tesouraria	
ATIVO PERMANENTE	15.264.317,10	Empr. Antec. Receita	
Bens	8.389.813,64	PASSIVO PERMANENTE	4.955.346,38
Móveis	4.875.853,21	Dívida de Fundada Interna	4.955.346,38
Imóveis	3.513.960,43	Empréstimos e Finan.	4.955.346,38
Créditos	6.874.503,46	Dívida Fundada Externa	
Participações Soc.		PASSIVO TOTAL	7.896.786,87
Dívida Ativa	6.492.959,94		
Almoxarifado	103.864,99	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	11.948.993,63
Diversos	277.678,53	Saldo Patrimonial	
		Resultados Acumulados	10.183.009,32
		Resultados do Exercício	1.765.984,31
TOTAL DAS APLICAÇÕES	19.845.780,50	TOTAL DAS FONTES	19.845.780,50

Fonte: BASSO (2009)

3 METODOLOGIA

Sob o ponto de vista da forma de abordagem do problema, existem duas maneiras

diferentes de classificar um trabalho: pesquisa qualitativa e pesquisa quantitativa. Para Sampieri, Collado e Lucio (2013), o enfoque quantitativo se caracteriza por ser um conjunto de processos contendo uma sequência e tem efeito de comprovação. É feito em forma de coleta de dados para testar algumas possibilidades, baseando em medição numérica e em análises estatísticas. Já a pesquisa qualitativa utiliza a coleta de dados sem ter uma medição numérica. No estudo qualitativo é possível desenvolver perguntas e possibilidades antes, durante e depois da coleta e da análise dos dados. Diante dessas informações conclui-se que no presente trabalho o problema foi abordado de forma qualitativa, buscando atestar a qualidade do balanço orçamentário, buscando informações como conceitos de Contabilidade Pública, princípios orçamentários, receitas e despesas públicas e demonstrações contábeis. E também de forma quantitativa, trazendo uma análise numérica dos dados das demonstrações.

A pesquisa foi classificada como uma pesquisa exploratória. “Pesquisa exploratória visa aumentar o conhecimento sobre um determinado tema ou assunto, possibilitando a construção de hipóteses ou tornar a situação em questão mais explícita.” (MALHEIROS, 2011, pág. 32). No presente trabalho buscou-se a todo tempo informações para enriquecer o conhecimento sobre a contabilidade pública que possibilitem a analisar as demonstrações.

O trabalho foi desenvolvido a partir do método de coleta de dados em forma de uma pesquisa bibliográfica. Segundo Malheiros (2011), uma pesquisa bibliográfica tem como finalidade identificar na literatura disponível as contribuições científicas que se obteve sobre um determinado tema. Esse tipo de pesquisa busca identificar um assunto que foi citado em diversas fontes e confrontá-los com seus determinados resultados. O trabalho se caracteriza como pesquisa bibliográfica, pois buscou-se várias fontes diferentes de um mesmo assunto para ter um embasamento teórico para que possam ser feitas as análises e conclusões necessárias.

O presente trabalho trata-se também de um estudo de caso. Estudo de caso, segundo Gil (2017), consiste em um estudo aprofundado e detalhado sobre um determinado caso permitindo um conhecimento amplo e rico em detalhes do mesmo. O estudo de caso foi realizado no Município de Quartel Geral com foco em estudar demonstrações contábeis aplicadas ao setor público desse município.

Quartel Geral está situado no Centro Oeste de Minas Gerais, região em que foi foco de extração de diamantes no Rio Indaiá e seus afluentes em meados do século XVIII. Com uma população estimada de 3.542 habitantes em 2018 e uma área de 545 Km², Quartel Geral tem como principais atividades econômicas a agricultura e pecuária. De acordo com o Instituto

Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2016 a proporção das pessoas ocupadas (formalmente) em relação à população era de 9,3% com um salário médio mensal de 1.4 salários mínimos. Ainda de acordo com o IBGE o produto interno bruto (PIB) *per capita* do município em 2017 era de R\$ 11724.13. Em relação a educação e saúde, em 2015 o IBGE divulgou que alunos da rede pública tiveram uma nota média de 6.4 no Índice de desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Para alunos dos anos finais essa nota foi 5. A mortalidade infantil média da cidade é de 28.57 para 1000 nascidos vivos e o índice de desenvolvimento humano municipal (IDHM) é de 0.683.

Por fim a cidade é importante para Minas Gerais, não só por sua importância histórica e ter sido berço dos diamantes, mas também pelo povo hospitaleiro e pela transparência e competência do setor público, pois mostra às demais cidades que com pequena arrecadação é possível administrar e gerar progresso com qualidade de vida para todos os habitantes.

Para a coleta de dados utiliza-se duas formas: fontes primárias e secundárias. “As fontes primárias são mais imediatas, enquanto nas fontes secundárias em geral várias fontes primárias foram resumidas, condensadas, elaboradas ou reformuladas por outros.” (Flick; 2012, pág. 43). No presente trabalho, utilizaram-se fontes secundárias. Os dados foram coletados manualmente no site chamado mgcidades.com.br e foram colocados em forma de tabelas e gráficos para melhor visualização e fácil entendimento.

Serão utilizadas técnicas de estudo como Triangulação. Para Yin (2016), Triangulação refere-se a buscar no mínimo três pontos de referência para verificar e comprovar um determinado evento que está sendo estudado. Os três pontos diferentes que foram utilizados neste trabalho são: as demonstrações contábeis que serão confrontadas com elas mesmas no tempo, usando-as com data base 2016 e 2017; os padrões dos autores que foram citados no referencial teórico e com alguns limites que a lei de responsabilidade fiscal impõe, para que a análise possa ter efeito de comparação de um ano para outro. A análise será feita através de índices e análises de balanços

4 RESULTADO E DISCURSÃO

4.1. Análise do balanço orçamentário

A análise do balanço orçamentário da Prefeitura Municipal da cidade de Quartel Geral foi classificada em três grupos:

- 1º Análise a partir do orçamento aprovado
- 2º Análise a partir da execução orçamentária
- 3º Análise por meio de índices contábeis

4.1.1. Análise a partir do orçamento aprovado

- Cumprimento da Regra de ouro

Operações de crédito devem ser menores ou iguais às despesas de capital

A situação geral da Prefeitura de Quartel Geral, em relação às operações de crédito e despesas de capital está demonstrada na Tabela 5.

Tabela 5. Situação da Prefeitura de Quartel Geral.

ANO	OPERAÇÕES DE CREDITO	DESPESAS DE CAPITAL
2016	0	2.052.253,04
2017	0	1.135.042,39

Pode-se verificar que a Prefeitura de Quartel Geral está cumprindo a Regra de ouro, pois nos dois anos consecutivos as operações de créditos foram 0 (zero) sendo assim menores que as despesas de capital.

- Capitalização/descapitalização

Quando as receitas de capital forem maiores que despesas de capital, trata-se de uma descapitalização. Já quando as Receitas de capital são menores que a despesas de capital trata-se de uma capitalização. A situação da Prefeitura de quartel geral em relação às receitas e despesas de capital estão demonstradas na Tabela 6.

Tabela 6. Receitas e Despesas da Prefeitura de Quartel Geral

Ano	Receita de capital	Despesa de capital
2016	967.239,94	2.052.253,04
2017	422.925,00	1.135.042,39

Logo, pode-se afirmar que nos dois anos analisados a prefeitura está capitalizando,

sendo assim conclui-se que a prefeitura está com uma situação favorável. As receitas correntes estão financiando as despesas de capital.

- Endividamento

O Quadro 2 demonstra as situações que geram aumento ou diminuição do endividamento. Já a Tabela 7 indica a situação da Prefeitura de Quartel Geral nesse quesito.

Quadro 2. Situações que levam ao endividamento

SITUAÇÃO	RESULTADO
Operações de créditos > Amortização da dívida	Aumento de endividamento
Operações de créditos < Amortização da dívida	Diminuição de endividamento

Tabela 7. Situação da Prefeitura de Quartel Geral em relação ao endividamento

ANO	OPERAÇÕES DE CREDITO	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA
2016	0	527.242,30
2017	0	433.706,70

A situação da Prefeitura de Quartel Geral quanto ao endividamento encontra-se em posição nos dois anos de diminuição de endividamento, pois conforme dados apresentados operações de créditos são menores que amortização da dívida

4.1.2. Análise a partir da execução do orçamento

- Resultado orçamentário

O Quadro 3 demonstra as situações que geram superávit ou déficit orçamentário. Já a Tabela 7 indica a situação da Prefeitura de Quartel Geral nesse quesito

Quadro 3. Situações que provocam superávit ou déficit orçamentário

Situação	Resultado
Receita arrecadada > Despesa executada	Superávit Orçamentário
Receita arrecadada < Despesa executada	Déficit Orçamentário
Receita arrecadada = Despesa executada	Resultado nulo (equilíbrio)

Tabela 7. Situação da Prefeitura de Quartel Geral em relação a despesas arrecadadas e empenhadas

Ano	Receita arrecadada	Despesa empenhada
2016	16.705.875,27	15.139.329,94
2017	15.689.501,31	14.499.099,25

Pode-se perceber que a prefeitura de Quartel Geral obteve um Superávit de arrecadação no ano de 2016 no valor de 1.566.545,33, ou seja, no ano de 2016 a prefeitura arrecadou mais do que gastou.

No ano de 2017 a prefeitura também obteve um Superávit de arrecadação no valor de 1.190.402,06.

- Resultado da execução da Receita

O Quadro 4 demonstra as situações que geram insuficiência ou excesso na arrecadação do município. Já a Tabela 8 indica a situação da Prefeitura de Quartel Geral nesse quesito

Quadro 4. Situações que provocam insuficiência ou excesso de arrecadação

Situação	Resultado
Receita Prevista > Receita arrecadada	Insuficiência na arrecadação
Receita Prevista < Receita arrecadada	Excesso na arrecadação
Receita Prevista = Receita arrecadada	Equilíbrio na arrecadação

Tabela 8. Situação da prefeitura de Quartel Geral em relação à arrecadação

Ano	Receita Prevista	Receita Arrecadada
2016	30.822.746,00	16.705.875,27
2017	29.000.000,00	15.689.501,31

No ano de 2016 pode-se observar que houve uma insuficiência de arrecadação no valor de R\$14.116.870,73, ou seja, o Município previu mais receita do que realmente foi

arrecadado no ano em análise.

No ano de 2017 também houve uma insuficiência de arrecadação de 13.310.498,69. Nesse ano o Município também previu mais do que arrecadou.

- Resultado da execução da despesa

O Quadro 5 demonstra as situações que geram economia ou excesso de despesa. Já a Tabela 9 indica a situação da Prefeitura de Quartel Geral nesse quesito

Quadro 5. Situações que provocam economia ou excesso de despesa

Situação	Resultado
Despesa fixada > Despesa executada	Economia de despesa
Despesa fixada < Despesa executada	Excesso de Despesa
Despesa fixada = Despesa executada	Equilíbrio na realização da despesa ou resultado nulo

Tabela 9. Situação Prefeitura Quartel Geral em relação à execução das despesas

Ano	Despesa Fixada	Despesa Executada
2016	30.822.746,00	15.139.329,94
2017	29.000.000,00	14.499.099,25

No ano de 2016, pode-se observar que houve uma economia de despesas no valor de R\$15.683.416,06, ou seja, o Município previu mais despesas do que realmente foi gasto no ano em análise.

No ano de 2017, também houve uma economia de despesas de R\$14.500.900,75, Nesse ano, o Município também previu mais despesas do que gastou.

4.1.3 Análise por meio de índices contábeis

- **Quociente de execução da despesa (QED)**

Esse indicador possui a finalidade de verificar a relação entre as despesas fixadas e receitas previstas, verificando se existe economia orçamentária.

Fórmula:

Despesa executada ÷ Dotação atualizada

Situação Prefeitura Quartel Geral:

ANO	RESOLUÇÃO FORMULA
-----	-------------------

2016	$15.139.329,94 \div 30.822.746,00 = 0,491$
2017	$14.499.099,25 \div 29.000.000,00 = 0,499$

Nos dois anos analisados, o índice apresentou resultados menores que 1 (um), ou seja, houve uma economia orçamentária.

- **Quociente do Resultado Orçamentário (QRO)**

Fórmula:

Receita realizada ÷ despesa empenhada

Situação Prefeitura Quartel Geral:

ANO	RESOLUÇÃO FORMULA
2016	$16.705.875,27 \div 15.139.329,94 = 1,103$
2017	$15.689.501,31 \div 14.499.099,25 = 1,082$

Como mostram os dados, nos dois anos houve resultado maior que 1 (um), ou seja, pode-se afirmar que nos dois anos obteve-se superávit orçamentário.

- **Quociente da execução orçamentária corrente (QEOC)**

Esse indicador busca medir se as receitas correntes arrecadadas são suficientes para cobrir as despesas correntes.

Fórmula:

Receita realizada corrente ÷ despesa empenhada corrente

Situação Prefeitura Quartel Geral:

ANO	RESOLUÇÃO FORMULA
2016	$15.738.635,33 \div 13.087.076,90 = 1,203$
2017	$15.266.576,31 \div 13.364.056,86 = 1,142$

Os dois anos apresentaram resultados maiores que um, ou seja, suas receitas correntes foram capazes de suprir suas despesas correntes ainda obtendo um superávit.

- **Quociente financeiro real da execução orçamentária (QFREO)**

Esse indicador mede quanto da receita orçamentária recebida representa em relação à despesa orçamentária paga.

Fórmula:

$$\text{Receita realizada corrente} \div \text{despesa paga}$$

Situação Prefeitura Quartel Geral:

ANO	RESOLUÇÃO FORMULA
2016	$15.689.501,313 \div 13.797.595,39 = 1,209$
2017	$16.705.875,27 \div 14.366.256,87 = 1,162$

Analisando os dois anos pode-se afirmar que houve nos dois anos resultados maiores que 1(um), ou seja, a receita orçamentária foi maior que as despesas pagas nos anos analisados, obtendo um restante a pagar para o próximo exercício.

5 CONCLUSÃO

Embasado nesse artigo realizado em formato de estudo de caso, pode-se afirmar que a análise das demonstrações financeiras do setor público do Município de Quartel Geral é extremamente importante para a administração das contas publicas. Através dessa análise o gestor do ente público pode entender com mais clareza em que situação se encontram as contas públicas do Município de Quartel Geral, contribuindo assim para uma melhor tomada de decisão.

As análises prestam esclarecimento para a população do município, para que esta possa analisar de que forma está sendo usado o dinheiro arrecadado dos tributos que cada um paga. Ajuda a população a comparar a diferença entre o quanto o ente previu para ser arrecadado (receita prevista) e o quanto ele realmente arrecadou (receita realizada). E também a verificar a previsão dos gastos (despesa prevista) com o que realmente foi empenhado (despesa empenhada). Com a análise, a população pode ter uma base comparativa do seu município com os outros municípios para comprovar se o município de Quartel Geral está gastando bem o dinheiro público. E por fim a população consegue analisar se o município

arrecadou mais do que gastou (superávit) ou se gastou mais que arrecadou (déficit).

Com base nos dados que foram analisados conseguiu-se observar que o Município de Quartel Geral obteve superávit financeiro nos dois anos em análise, ou seja, nos dois anos que foram analisados foi arrecadado mais do que foi gasto. De acordo com a análise do orçamento aprovado no índice de endividamento pode-se perceber que a prefeitura está em uma situação favorável, pois houve superávit nos dois anos analisados. Pode-se observar também que não foi preciso pegar crédito com terceiros nos dois anos. O Município se encontra, nos dois anos que foram analisados nesse artigo, com diminuição de endividamento.

Outro índice importante analisado foi o de capitalização\descapitalização. O município de Quartel Geral nos dois anos apresentou a situação de capitalização, o que indica que a prefeitura está em uma situação favorável, com as receitas correntes financiando as despesas de capital.

Em vista dos argumentos apresentados, o ente público nos dois anos analisados (2016 e 2017) encontra-se em uma situação orçamentária favorável. O ente está seguindo corretamente para formatação das demonstrações financeiras as regras do MCASP e está sendo transparente com a publicação das demonstrações atualizadas no site da Administração Pública. Em virtude da pergunta problema, foi possível respondê-la demonstrando a importância da análise das demonstrações contábeis para a Prefeitura de Quartel Geral.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Nilton De Aquino. **Contabilidade pública na gestão municipal**: Métodos com base nas normas brasileiras de contabilidade Aplicadas ao setor público (NBCASP) e nos padrões internacionais de contabilidade; 6 ed. São Paulo: Atlas, 2017. 457 p.

ANGÉLICO, João. **Contabilidade pública**. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2009. 271 p.

ARAÚJO, Inaldo Da Paixão Santos; ARRUDA, Daniel Gomes; BARRETTO, Pedro Humberto Teixeira. **O essencial da contabilidade pública**. 1 ed. São Paulo: SaraivaUni, 2010. 311 p.

ARAÚJO, Inaldo; ARRUDA, Daniel. **Contabilidade pública**: Da teoria a prática. São Paulo: Saraiva, 2004. 292 p.

CECCATO, Marcio. **Contabilidade pública**: Questões Cespe. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015. 320 p.

CONTABILIDADE, Conselho Federal De. **As normas brasileiras de contabilidade aplicada ao setor público**: NBCs T 16.1 a 16.11. Brasília: CFC, 2012. 56 p.

CREPALDI, Silvio Aparecido; CREPALDI, Guilherme Simoes. **Orçamento público**. 1 ed. São Paulo: Saraiva, 2013. 250 p.

FELGUEIRAS, José Antonio. **Contabilidade pública**. 1 ed. São Paulo: Método, 2015. 320 p.

FILHO, João Eudes Bezerra. **Orçamento aplicado ao setor público**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2013. 305 p.

FLICK, Uew. **Introdução a metodologia de pesquisa**. Porto Alegre: Penso, 2012. 256 p.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2017. 173 p.

KOHAMA, Heilio. **Contabilidade publica**: Teoria e Prática. 11 ed. São Paulo: Atlas, 2010. 347 p.

KOHAMA, Heilio. **Contabilidade pública**: Teoria e prática. 13 ed. São Paulo: Atlas, 2013. 399 p.

YIN, Robert K; , . **Pesquisa qualitativa do início ao fim**. Porto Alegre: Penso, 2016. 369 p.

LIMA, Diana Vaz De; CASTRO, Róbison Gonçalves De. **Contabilidade pública**: Integrando União, Estados e Municípios (Siafi e Siafem). 3 ed. São Paulo: Atlas, 2009. 230 p.

MALHEIROS, Bruno Taranto. **Metodologia de pesquisa em educação**. 2 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2011. 254 p.

PALUDO, Augustinho. **Orçamento público, afo e lrf**. 8 ed. Rio de Janeiro: Método, 2018.

PISCITELLI, Roberto Bacaccio; TIMBÓ, Maria Zulene Farias. **Contabilidade pública**: Uma abordagem da administração financeira pública. 11 ed. São Paulo: Atlas, 2010. 446 p.

QUINTANA, A. C. et al. **Contabilidade pública**. 1 ed. São Paulo: Atlas, 2011. 243 p.

ROSA, Maria Berenice. **Contabilidade do setor público**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2013. 600

p.

SAMPIERI, Roberto Hernández; COLLADO, Carlos Fernández; LUCIO, María Del Pilar Baptista. **Metodologia de pesquisa**. 5 ed. Porto Alegre: Penso, 2013. 617 p.

SANTOS, Franklin Cavalcante Silva. **Contabilidade pública**. 1 ed. Recife: Clube dos Autores, 2012. 138 p.

SILVA, Lino Martins Da. **Contabilidade governamental**: Um enfoque administrativo da nova contabilidade pública. 9 ed. São Paulo: Atlas, 2011. 375 p.

SLOMSKI, Valmor. **Manual de contabilidade pública**: De acordo com as normas internacionais de contabilidade aplicadas ao setor público. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2013. 285 p.

YIN, Robert K; , . **Pesquisa qualitativa do início ao fim**. Porto Alegre: Penso, 2016. 369 p.